

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 02/2023

EDITAL DE RETIFICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO CONCURSO PÚBLICO DESTINADO A PROVER VAGAS NO NÍVEL INICIAL DO QUADRO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, EDITAL Nº 01/2023.

O **MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, Estado de Santa Catarina**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, torna público, o Edital de Retificação do Concurso Público, para prover vagas no nível inicial do quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal, Edital nº 01/2023, nos seguintes itens:

ITEM 6.1

Onde consta:

6.1 É responsabilidade exclusiva do candidato ou de seu representante legal confirmar o local de realização da prova a partir do dia **01 de setembro de 2023**, pela Internet, no site www.univali.br/concurso

Passa a ter a seguinte redação:

6.1 É responsabilidade exclusiva do candidato ou de seu representante legal confirmar o local de realização da prova a partir do dia **14 de setembro de 2023**, pela Internet, no site www.univali.br/concurso

ANEXO I – PROGRAMA DE PROVA

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (20 QUESTÕES) – NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR

Onde consta:

CONTROLE INTERNO: 1. Princípios e Conceitos de Controle Interno: Conceitos e fundamentos do controle interno; Princípios de eficácia, eficiência e efetividade da gestão pública; Normas e legislação relacionadas ao controle interno. 2. Controle Orçamentário, Financeiro e Patrimonial: Processo de controle da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração municipal; Instrumentos de controle orçamentário (Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual); Avaliação da legalidade e eficiência da gestão dos recursos públicos. 3. Auditoria Interna e Controle de Gestão: Noções de auditoria interna e sua aplicação na administração pública; Procedimentos e técnicas de auditoria interna; Auditorias periódicas e outras ações de controle. 4. Transparência e Prestação de Contas: Políticas e normas de transparência aplicáveis ao Poder Executivo Municipal; Divulgação de informações orçamentárias, financeiras e patrimoniais para os munícipes; Elaboração de relatórios de gestão fiscal e resumo da execução orçamentária. 5. Controle Externo e Colaboração com Órgãos de Fiscalização: Colaboração com órgãos de controle externo, como Tribunal de Contas do Estado e Ministério Público; Comunicação de irregularidades e ilegalidades aos órgãos de controle externo. 6. Gestão de Dados Pessoais e Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD): Princípios da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e sua aplicação no âmbito do controle interno; 7. Controle de Operações de Crédito, Avais e Garantias: Controle das operações de crédito realizadas pelo município; Avaliação dos direitos e haveres do município. 9. Planejamento e Elaboração de Estudos e Propostas: Elaboração de estudos e propostas para a racionalização da execução da despesa e aperfeiçoamento da gestão no âmbito municipal; Propostas para implementação de ações de arrecadação de receitas orçadas. 10. Procedimentos de Investigação e Sindicância: Instauração de procedimentos investigatórios e sindicâncias para apurar faltas funcionais e irregularidades; Processo de representação formal e

decretação de sigilo, quando necessário. 11. Avaliação de Metas e Resultados: Avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e dos programas de governo; Análise dos resultados alcançados pela gestão municipal. 12. Relatórios e Comunicação Institucional: Elaboração de relatórios bimestrais e anuais das atividades do Controle Interno; Comunicação institucional e relações com o Chefe do Poder Executivo e o Tribunal de Contas do Estado.

Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF): Dispõe sobre a responsabilidade na gestão fiscal e estabelece as normas para controle dos gastos públicos.

Constituição Federal de 1988: A Constituição é a base do ordenamento jurídico brasileiro e contém as regras gerais para a administração pública, além de determinar a organização dos poderes e a repartição de competências entre os entes federativos.

Lei nº 4.320/1964: Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Lei nº 8.666/1993: Dispõe sobre normas gerais de licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Lei nº 10.520/2002: Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, modalidade de licitação denominada pregão para aquisição de bens e serviços comuns.

Lei nº 13.303/2016: Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Lei nº 13.979/2020: Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (Covid-19) e estabelece normas para a aquisição de bens, serviços e insumos.

Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI): Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal.

Lei nº 9.784/1999: Regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal.

Lei nº 13.019/2014: Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil.

Passa a ter a seguinte redação:

CONTROLE INTERNO: 1. Princípios e Conceitos de Controle Interno: Conceitos e fundamentos do controle interno; Princípios de eficácia, eficiência e efetividade da gestão pública; Normas e legislação relacionadas ao controle interno.

2. Controle Orçamentário, Financeiro e Patrimonial: Processo de controle da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração municipal; Instrumentos de controle orçamentário (Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual); Avaliação da legalidade e eficiência da gestão dos recursos públicos. 3. Auditoria Interna e Controle de Gestão: Noções de auditoria interna e sua aplicação na administração pública; Procedimentos e técnicas de auditoria interna; Auditorias periódicas e outras ações de controle.

4. Transparência e Prestação de Contas:

Políticas e normas de transparência aplicáveis ao Poder Executivo Municipal; Divulgação de informações orçamentárias, financeiras e patrimoniais para os munícipes; Elaboração de relatórios de gestão fiscal e resumo da execução orçamentária. 5. Controle Externo e Colaboração com Órgãos de Fiscalização: Colaboração com órgãos de controle externo, como Tribunal de Contas do Estado e Ministério Público; Comunicação de irregularidades e ilegalidades aos órgãos de controle externo. 6. Gestão de Dados Pessoais e Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD): Princípios da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e sua aplicação no âmbito do controle interno; 7. Controle de Operações de Crédito, Avais e Garantias: Controle das operações de crédito realizadas pelo município; Avaliação dos direitos e haveres do município.

9. Planejamento e Elaboração de Estudos e Propostas: Elaboração de estudos e propostas para a racionalização da execução da despesa e aperfeiçoamento da gestão no âmbito municipal; Propostas para implementação de ações de arrecadação de receitas orçadas. 10. Procedimentos de Investigação e Sindicância: Instauração de procedimentos investigatórios e sindicâncias para apurar faltas funcionais e irregularidades; Processo de representação formal e decretação de sigilo, quando necessário. 11. Avaliação de Metas e Resultados: Avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e dos programas de governo; Análise dos resultados alcançados pela gestão municipal. 12. Relatórios e Comunicação Institucional: Elaboração de relatórios bimestrais e anuais das atividades do Controle Interno; Comunicação institucional e relações com o Chefe do Poder Executivo e o Tribunal de Contas do Estado.

Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF): Dispõe sobre a responsabilidade na gestão fiscal

e estabelece as normas para controle dos gastos públicos.

Constituição Federal de 1988: A Constituição é a base do ordenamento jurídico brasileiro e contém as regras gerais para a administração pública, além de determinar a organização dos poderes e a repartição de competências entre os entes federativos.

Lei nº 4.320/1964: Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Lei nº 8.666/1993: Dispõe sobre normas gerais de licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

[Lei nº 14.133/2021: Lei de Licitações e Contratos Administrativos.](#)

Lei nº 10.520/2002: Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, modalidade de licitação denominada pregão para aquisição de bens e serviços comuns.

Lei nº 13.303/2016: Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Lei nº 13.979/2020: Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (Covid-19) e estabelece normas para a aquisição de bens, serviços e insumos.

Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI): Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal.

Lei nº 9.784/1999: Regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal.

Lei nº 13.019/2014: Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil.

Ficam ratificados os demais termos do Edital.

Antônio Carlos (SC), 7 de agosto de 2023.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal de Antônio Carlos